Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-0601-F3B1

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	**A**	**C**	**C**	**B**	**A**	**E**	**C**	**D**	**E**
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	**D**	**A**	**B**	**D**	**E**	**B**	**B**	**E**	**D**

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Tipicidade

Durante assembleia de condomínio, Rogério, irritado com a cobrança de uma taxa extra, dirigiu-se ao síndico Wagner, na presença de vários moradores, e chamou-o de “ladrão” e “aproveitador”, sem atribuir-lhe nenhum fato concreto. Wagner, no mesmo instante, revidou e chamou Rogério de “caloteiro” e “vagabundo”. Dias depois, Wagner ofereceu queixa-crime contra Rogério, que, antes da sentença, apresentou nos autos retratação cabal das ofensas e requereu, subsidiariamente, a produção de prova de que Wagner fora condenado, anos antes, por apropriação indébita.

Considerando o Código Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. A conduta de Rogério configura injúria, e não calúnia, porque ele atribuiu qualidades negativas a Wagner sem lhe imputar fato determinado definido como crime.
II. Se Rogério também oferecer queixa-crime, Wagner poderá ser beneficiado pelo perdão judicial, porque revidou de imediato com outra injúria.
III. A retratação cabal apresentada antes da sentença isenta Rogério de pena.
IV. Rogério poderá opor exceção da verdade, demonstrando a condenação anterior de Wagner, o que afasta a tipicidade da ofensa.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e IV, apenas.

Por que C está correta. Estão corretas apenas as afirmativas I e II. Chamar alguém de “ladrão” sem narrar um fato concreto é atribuir qualidade negativa, o que ofende a honra subjetiva e configura injúria (art. 140); a calúnia (art. 138) exige a imputação de fato determinado definido como crime. Wagner, por sua vez, respondeu no ato com outra injúria: é a retorsão imediata, que autoriza o juiz a deixar de aplicar a pena (art. 140, § 1º, II).

Fundamento: Arts. 138, caput, 139, parágrafo único, 140, caput e § 1º, II, e 143 do Código Penal.

A Despreza a afirmativa II, que reproduz a hipótese legal de perdão judicial pela retorsão imediata.

B Despreza a afirmativa I: chamar alguém de “ladrão” sem narrar fato concreto é atribuir qualidade negativa, o que caracteriza injúria, e não calúnia.

D A retratação do art. 143 só alcança a calúnia e a difamação; na injúria ela não isenta de pena, porque a ofensa atinge a autoestima da vítima e não um fato que possa ser desmentido.

E A exceção da verdade é própria da calúnia (e, na difamação, só contra funcionário público em razão das funções); a injúria não a admite, e por isso a afirmativa IV está errada.

Pulo do gato: Injúria: sem fato, sem exceção da verdade e sem retratação; mas com perdão judicial na provocação reprovável e na retorsão imediata.

Questão 02 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Crimes contra o patrimônio

Em um mesmo plantão, a autoridade policial recebeu dois registros de ocorrência.

No primeiro, Leandro, apresentando-se como interessado na compra de uma motocicleta anunciada por Paulo, pediu para fazer um teste de rodagem. Paulo entregou-lhe a chave para uma volta no quarteirão, mas Leandro fugiu com o veículo e não retornou.

No segundo, Mirela, fingindo ser compradora, exibiu a Sônia, pelo celular, comprovante falso de transferência bancária referente ao preço de um relógio. Convencida de que o pagamento fora feito, Sônia entregou o relógio a Mirela, que foi embora com ele. O comprovante não foi usado para nenhum outro fim.

Considerando a distinção entre os crimes contra o patrimônio e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que

(A) Leandro praticou furto mediante fraude, e Mirela, estelionato, que absorve o uso do comprovante falso, cuja potencialidade lesiva se esgotou na fraude.

(B) Leandro e Mirela praticaram estelionato, porque em ambos os casos a vítima entregou voluntariamente o bem ao agente depois de ser enganada.

(C) Leandro praticou estelionato, porque recebeu a chave das mãos da vítima, e Mirela praticou furto mediante fraude, porque usou documento falso.

(D) Leandro praticou furto mediante fraude, e Mirela, estelionato em concurso material com uso de documento falso, por serem distintos os bens jurídicos.

(E) Leandro praticou apropriação indébita, porque a vítima lhe transferiu a posse da motocicleta, e Mirela praticou estelionato, que absorve o falso.

Por que A está correta. O critério é o papel da fraude. No furto mediante fraude, o engodo serve para reduzir a vigilância da vítima, e o agente subtrai a coisa: Paulo entregou a chave só para uma volta, sem querer transferir a posse, e Leandro levou a moto. No estelionato, a fraude leva a própria vítima a entregar o bem de forma voluntária: Sônia entregou o relógio por crer no pagamento. Como o comprovante falso se esgotou nessa fraude, o falso é absorvido (Súmula 17 do STJ).

Fundamento: Art. 155 (furto qualificado pelo emprego de fraude) e art. 171, caput, do Código Penal; Súmula 17 do STJ; entendimento do STJ de que a fuga com o veículo durante "test drive" configura furto mediante fraude.

B Paulo não quis entregar a motocicleta; entregou a chave só para o teste, sob vigilância. Não houve entrega voluntária da coisa, e sim subtração facilitada pela fraude.

C Inverte os critérios: receber a chave para o teste não transfere a posse, e o uso de documento falso para obter a entrega do bem é justamente o meio fraudulento do estelionato.

D Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por ele absorvido; não há concurso material com o uso de documento falso.

E A apropriação indébita exige posse ou detenção desvigiada, recebida de forma lícita; no teste de rodagem a posse continua com o dono, e o agente apenas a subtrai.

Pulo do gato: Fraude que distrai a vigilância e o agente pega: furto mediante fraude. Fraude que faz a vítima entregar: estelionato.

Questão 03 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · TJ-PR · Juiz Substituto · Noções Fundamentais

O navio mercante de bandeira argentina nominado Mengon , de propriedade de uma sociedade empresária privada, encontra-se atracado no porto de Paranaguá, no Estado do Paraná. Durante o desembarque de mercadorias, após uma discussão acalorada sobre futebol, Juan, marinheiro de nacionalidade paraguaia desfere, ainda no convés do navio, golpes de faca contra Hans, turista alemão, que visitava as instalações portuárias. Hans vem a óbito ainda no cais. Juan é preso em flagrante pelas autoridades brasileiras antes de retornar à embarcação. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Aplica-se a lei argentina, pois o crime foi praticado a bordo de embarcação privada de bandeira estrangeira, que goza de extraterritorialidade em virtude do princípio do pavilhão, também chamado de princípio da bandeira.

(B) Aplica-se a lei brasileira com base no princípio da extraterritorialidade, pois, ao ingressar em porto ou mar territorial brasileiro, a embarcação privada estrangeira é sempre considerada extensão do território nacional para fins penais.

(C) Aplica-se a lei brasileira com base no princípio da territorialidade, uma vez que o crime ocorreu em território nacional e, sendo de propriedade privada, a embarcação estrangeira não goza de imunidade diplomática ou administrativa quando atracada em solo brasileiro.

(D) Aplica-se a lei alemã ou a lei paraguaia com base no princípio da personalidade ativa ou passiva, devendo o Brasil proceder à extradição imediata de Juan, pois o Estado brasileiro não possui respaldo legal para processar crimes entre estrangeiros ocorridos a bordo de navios mercantes.

(E) Aplica-se a lei brasileira com base no princípio da extraterritorialidade condicionada, dependendo a persecução penal da entrada do agente no território nacional e da requisição do Ministro da Justiça, por se tratar de crime praticado por estrangeiro contra estrangeiro.

Por que C está correta. Aplica-se a lei brasileira pelo princípio da territorialidade (art. 5º do CP). O § 2º do art. 5º estende a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de embarcações estrangeiras de propriedade privada que se achem em porto ou mar territorial do Brasil. Além disso, a facada foi desferida no convés e a morte ocorreu no cais, em território nacional (art. 6º, teoria da ubiquidade). Embarcação privada estrangeira não goza de imunidade quando está em porto brasileiro.

A O princípio do pavilhão protege embarcações públicas ou a serviço do governo estrangeiro, onde quer que estejam; o navio mercante privado em porto brasileiro submete-se à lei brasileira.

B Erra o fundamento: não se trata de extraterritorialidade, mas de territorialidade (art. 5º, § 2º), e o navio estrangeiro privado não é "extensão do território nacional".

D A nacionalidade do autor ou da vítima não afasta a territorialidade; crime cometido no Brasil entre estrangeiros é julgado pela lei brasileira, sem extradição obrigatória.

E A extraterritorialidade condicionada (art. 7º, II, e § 3º) trata de crimes cometidos fora do Brasil; aqui o crime ocorreu em território nacional.

Pulo do gato: Navio ou avião estrangeiro privado em porto, aeroporto ou espaço brasileiro: lei brasileira por territorialidade (art. 5º, § 2º).

Questão 04 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Crimes contra a administração pública

Gustavo é investigado em inquérito policial instaurado para apurar crime de estupro. Ao saber que a vizinha Lúcia fora arrolada como testemunha e seria ouvida na delegacia na semana seguinte, Gustavo foi até a casa dela e, exibindo uma faca, ameaçou matá-la caso relatasse à autoridade policial o que havia presenciado.

Lúcia, embora assustada, compareceu à delegacia, narrou integralmente os fatos e noticiou a ameaça sofrida. Ao analisar a conduta, o delegado de polícia registrou que a testemunha não alterou seu depoimento e que ainda não havia processo judicial em curso contra Gustavo.

Considerando o Código Penal, é correto afirmar que Gustavo

(A) praticou coação no curso do processo apenas na forma tentada, porque a testemunha não deixou de relatar os fatos à autoridade policial.

(B) não praticou coação no curso do processo, porque o tipo exige processo judicial já instaurado, e responde apenas pelo crime de ameaça.

(C) praticou coação no curso do processo consumada, com a pena aumentada de um terço até a metade, por envolver crime contra a dignidade sexual.

(D) praticou favorecimento pessoal, porque buscou auxiliar a si mesmo a subtrair-se à ação da autoridade pública responsável pela investigação.

(E) praticou coação no curso do processo consumada, com a pena aumentada de dois terços, por envolver crime contra a dignidade sexual.

Por que C está correta. O art. 344 pune quem usa violência ou grave ameaça contra autoridade, parte ou qualquer pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral. O inquérito policial está abrangido. O crime é formal: consuma-se com o emprego da grave ameaça, ainda que a testemunha não ceda. Como o procedimento envolve crime contra a dignidade sexual, incide o parágrafo único, que aumenta a pena de 1/3 até a metade.

Fundamento: Art. 344, caput e parágrafo único (incluído pela Lei nº 14.245/2021), do Código Penal.

A A coação no curso do processo é crime formal; o êxito em mudar o depoimento é exaurimento, e não condição de consumação.

B O tipo menciona expressamente o processo "policial"; a testemunha chamada a depor no inquérito está protegida, e a ameaça é meio do crime mais grave.

D Favorecimento pessoal é auxiliar autor de crime a subtrair-se à ação da autoridade; o próprio autor que se ajuda não comete esse crime, e a conduta descrita é a do art. 344.

E A fração do parágrafo único é variável, de um terço até a metade; não há aumento fixo de dois terços.

Pulo do gato: Art. 344: vale para inquérito, consuma-se com a ameaça e aumenta de 1/3 até a metade quando o processo envolve crime sexual.

Direito Processual Penal

Questão 05 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2024 · MPE-GO · Promotor de Justiça Substituto · Das Provas

José responde, em juízo, pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável, que teria sido perpetrado durante as festividades de réveillon , na presença de três pessoas, quais sejam: i. Caio, que tem 13 anos de idade; ii. Matheus, que possui 17 anos de idade; e iii. Maria, genitora do acusado. Buscando elucidar os fatos, o Ministério Pública requer a oitiva dos indivíduos, ora elencados, em sede judicial. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, mas os dois não prestarão o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

(B) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, mas o primeiro não prestará o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

(C) Caio e Matheus estão proibidos de prestar depoimento. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

(D) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, sendo certo que os dois prestarão o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria está proibida de prestar depoimento.

(E) Caio e Matheus estão proibidos de prestar depoimento. Por sua vez, Maria não poderá se recusar a depor, mas não prestará o compromisso legal de dizer a verdade.

Por que B está correta. Toda pessoa pode ser testemunha (art. 202 do CPP) e não pode eximir-se de depor (art. 206). O compromisso de dizer a verdade não é deferido aos menores de 14 anos (art. 208): Caio, com 13 anos, depõe sem compromisso; Matheus, com 17, presta compromisso. Maria, ascendente do acusado, pode recusar-se a depor, salvo quando não for possível obter de outro modo a prova do fato (art. 206); se ouvida, não presta compromisso (art. 208).

A Erra quanto a Matheus: o art. 208 só dispensa do compromisso os menores de 14 anos, e ele tem 17.

C Não há proibição de depor para menores; a proibição do art. 207 alcança quem deve guardar segredo em razão de função, ministério, ofício ou profissão.

D Caio, menor de 14 anos, não presta compromisso, e a mãe do acusado não está proibida de depor: ela pode recusar-se, com a ressalva do art. 206.

E Menores não estão proibidos de depor, e a ascendente do acusado tem a faculdade de recusar-se a depor (art. 206).

Pulo do gato: Menor de 14 e parente próximo do acusado depõem sem compromisso; o parente pode recusar-se, salvo se não houver outro meio de prova.

Questão 06 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Inquérito Policial

Ricardo, delegado de polícia, preside inquérito policial que apura roubo simples praticado contra uma joalheria. Os elementos colhidos indicam fundadas razões de autoria de Igor, que, segundo testemunhas, tem procurado compradores para as joias e deixou de atender a duas intimações para prestar declarações. Igor não tem residência fixa conhecida. Antes de representar pela prisão temporária, Ricardo reuniu a equipe para revisar o regime jurídico da medida.

Considerando a Lei nº 7.960/1989, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. A temporária exige que sua imprescindibilidade para as investigações seja demonstrada por elementos concretos, vedado seu uso como prisão para averiguações.
II. A falta de residência fixa, hipótese prevista na própria lei, basta, por si só, para justificar a decretação da temporária.
III. Recebida a representação, o juiz ouvirá o Ministério Público e, se entender a temporária insuficiente, poderá decretar de ofício a prisão preventiva.
IV. Esgotado o prazo fixado no mandado, a autoridade responsável pela custódia deve soltar o preso independentemente de nova ordem judicial, salvo se já comunicada da prorrogação ou da decretação da preventiva.

Está correto o que se afirma em

(A) I e IV, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que A está correta. Estão corretas I e IV. No julgamento das ADIs 3.360 e 4.109, o STF fixou requisitos cumulativos para a temporária: imprescindibilidade às investigações demonstrada por elementos concretos (vedada a prisão para averiguações), fundadas razões de autoria em crime do rol legal, fatos novos ou contemporâneos, adequação à gravidade concreta e insuficiência das cautelares diversas. O § 7º do art. 2º da Lei nº 7.960/1989 manda soltar o preso ao fim do prazo, sem nova ordem judicial, salvo prorrogação ou preventiva já comunicadas.

Fundamento: Lei nº 7.960/1989, arts. 1º e 2º, caput, § 1º e § 7º (incluído pela Lei nº 13.869/2019); CPP, art. 311; STF, ADIs 3.360 e 4.109 (requisitos cumulativos da temporária); Súmula 676 do STJ.

B O STF vedou a temporária fundada no mero fato de o investigado não ter residência fixa, e a decretação de prisão de ofício foi abolida pelo Pacote Anticrime (art. 311 do CPP; Súmula 676 do STJ).

C A primeira parte da afirmativa III está certa (o juiz ouve o MP antes de decidir), mas o juiz não pode decretar a preventiva sem requerimento ou representação.

D Despreza a afirmativa I, que resume a tese do STF, e aceita as afirmativas II e III, que contrariam essa tese e a vedação da prisão de ofício.

E Aceita como válidas as afirmativas II e III, que contrariam a tese do STF e a vedação da prisão de ofício.

Pulo do gato: Temporária: elementos concretos, nunca averiguação nem "sem residência" isolado; o juiz não prende de ofício; e o prazo vencido solta sem alvará.

Questão 07 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Procedimento Penal

Diogo figurou como autor do fato em termo circunstanciado lavrado pela autoridade policial por infração de menor potencial ofensivo de ação penal pública incondicionada, sem contexto de violência doméstica. Remetido o termo ao Juizado Especial Criminal, Diogo não foi localizado para a audiência preliminar, e o oficial de justiça certificou que ele se mudara para lugar incerto e não sabido. O Ministério Público, entendendo presente justa causa, manifestou-se pelo prosseguimento da persecução e requereu providências para a citação do acusado.

Considerando a Lei nº 9.099/1995, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) o próprio Juizado fará a citação por edital e, se Diogo não comparecer, o processo seguirá à sua revelia, com a nomeação de defensor dativo.

(B) o Juizado remeterá as peças ao juízo comum, que adotará o procedimento ordinário, por ser o rito residual dos crimes apurados fora do Juizado.

(C) o Juizado remeterá as peças ao juízo comum, que adotará o procedimento sumário, e, se Diogo citado por edital não comparecer, o processo seguirá sem suspensão da prescrição.

(D) o próprio Juizado suspenderá o processo e o prazo prescricional até a localização de Diogo, aplicando diretamente o art. 366 do CPP, sem remessa ao juízo comum.

(E) o Juizado remeterá as peças ao juízo comum, que adotará o procedimento sumário, e, se Diogo citado por edital não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e a prescrição.

Por que E está correta. No Juizado não há citação por edital: não encontrado o acusado para citação pessoal, o juiz encaminha as peças ao juízo comum (art. 66, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995). Lá, por se tratar de infração de menor potencial ofensivo, segue-se o procedimento sumário (art. 538 do CPP). Feita a citação por edital, se o acusado não comparecer nem constituir advogado, suspendem-se o processo e o curso da prescrição (art. 366 do CPP), suspensão limitada ao prazo prescricional da pena máxima (STF, Tema 438).

Fundamento: Lei nº 9.099/1995, art. 66, parágrafo único; CPP, arts. 361, 366 e 538; STF, Tema 438 da repercussão geral (limite da suspensão da prescrição).

A O Juizado não faz citação por edital; a competência se desloca para o juízo comum, e a revelia sem suspensão contraria o art. 366 do CPP.

B O art. 538 do CPP manda adotar o procedimento sumário quando o Juizado encaminha as peças ao juízo comum, e não o ordinário.

C Acerta a remessa e o rito, mas erra a consequência: o art. 366 suspende também o prazo prescricional.

D O art. 366 não é aplicado no Juizado; a solução legal para o acusado não encontrado é a remessa ao juízo comum.

Pulo do gato: Juizado não cita por edital: remete ao juízo comum, que segue o rito sumário e, depois do edital sem resposta, aplica o art. 366.

Questão 08 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · MPE-GO · Promotora e Promotor de Justiça Substituto · Ação Penal

Caio foi capturado em flagrante pela prática do crime de corrupção ativa, ao oferecer valores pecuniários a um policial militar do Estado de Goiás. Realizada a audiência de custódia, Caio demonstrou ao seu patrono interesse em se beneficiar de eventual instituto despenalizador previsto na legislação de regência. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o acordo de não persecução penal poderá conter, dentre outras, as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

(A) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

(B) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo juízo da execução como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

(C) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

(D) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo juízo da execução como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

(E) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito.

Por que C está correta. O art. 28-A do CPP prevê, entre as condições do acordo de não persecução penal, a renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime (inciso II) e a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Código Penal (inciso III). A corrupção ativa, sem violência e com pena mínima inferior a quatro anos, admite o acordo.

A Troca a fração do inciso III: a redução é de um a dois terços, e não de um sexto a dois terços.

B Quem indica os bens a renunciar é o Ministério Público, e a fração está errada.

D Atribui ao juízo da execução a indicação dos bens, tarefa do Ministério Público, embora acerte a fração.

E Omite a diminuição de um a dois terços sobre a pena mínima e a forma de cumprimento prevista em lei.

Pulo do gato: No ANPP, o MP indica os bens; o juízo da execução indica o local do serviço; e a pena mínima cai de um a dois terços.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Valter cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado. No interior do estabelecimento, praticou novo crime doloso, pelo qual ainda não há condenação definitiva. A direção do presídio não instaurou procedimento administrativo disciplinar, mas o juiz da execução designou audiência de justificação, na qual Valter foi ouvido na presença de seu defensor e do Ministério Público, e, em seguida, reconheceu a falta grave. A defesa recorreu e discutiu tanto a validade do reconhecimento quanto os efeitos da falta sobre benefícios futuros.

Considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da falta grave decorrente de crime doloso praticado no cumprimento da pena dispensa o trânsito em julgado da condenação pelo novo crime.
II. A oitiva do condenado em audiência de justificação, com a presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade de prévio procedimento administrativo disciplinar.
III. A falta grave interrompe o prazo para a obtenção de indulto e de comutação de pena, salvo disposição em contrário do decreto concessivo.
IV. A falta grave interrompe a contagem do prazo para a obtenção do livramento condicional.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, II e IV, apenas.

Por que D está correta. Estão corretas I e II. Pela Súmula 526 do STJ, o reconhecimento de falta grave decorrente de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado da condenação. Pelo Tema 941 do STF, a oitiva do condenado pelo juiz da execução, em audiência de justificação com defensor e Ministério Público, afasta a necessidade de prévio PAD e supre eventual deficiência da defesa técnica nele.

Fundamento: LEP, art. 52, caput; Súmulas 441, 526 e 535 do STJ; STF, Tema 941 da repercussão geral (RE 972.598).

A Omite a afirmativa II, que reproduz a tese do Tema 941 do STF.

B Omite a afirmativa I, que reproduz a Súmula 526 do STJ.

C A afirmativa III inverte a Súmula 535 do STJ: a falta grave não interrompe o prazo para comutação e indulto; o decreto pode, quando muito, exigir ausência de falta como requisito próprio. Além disso, despreza as afirmativas I e II, ambas corretas.

E A afirmativa IV contraria a Súmula 441 do STJ: a falta grave não interrompe o prazo do livramento condicional, embora a lei exija ausência de falta grave nos últimos 12 meses.

Pulo do gato: Falta grave por crime doloso: não espera o trânsito em julgado, pode ser reconhecida em audiência de justificação e não interrompe indulto, comutação nem livramento.

Questão 10 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Em diligência no centro da cidade, policiais civis prenderam em flagrante Carlos e Diego, que, de forma independente e sem ligação entre si, vendiam porções de cocaína a usuários. Na lavratura dos autos, o delegado de polícia analisou as certidões de antecedentes criminais de ambos.

Carlos havia sido condenado definitivamente por tráfico de drogas, e sua pena fora extinta pelo cumprimento seis anos antes do novo fato. Diego tinha uma única condenação definitiva anterior, pelo crime de porte de cocaína para consumo pessoal (art. 28 da Lei nº 11.343/2006), transitada em julgado um ano antes do novo fato.

Considerando o Código Penal, a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do STF e do STJ, é correto afirmar que

(A) Carlos é reincidente, porque a condenação anterior só deixa de prevalecer dez anos após a extinção da pena, e Diego não é reincidente.

(B) nenhum dos dois é reincidente, e o decurso de cinco anos também impede que a condenação de Carlos seja valorada como maus antecedentes.

(C) Carlos não é reincidente, pelo decurso do prazo legal, mas Diego é reincidente, porque a condenação pelo art. 28 decorre da prática de crime.

(D) ambos são reincidentes, porque a reincidência considera qualquer condenação definitiva anterior, sem limite de tempo e sem distinção de pena.

(E) nenhum dos dois é reincidente, mas a condenação anterior de Carlos pode ser valorada como maus antecedentes, apesar do decurso de cinco anos.

Por que E está correta. Carlos não é reincidente: entre a extinção da pena e o novo fato passaram mais de cinco anos (art. 64, I, do CP, período depurador). O STF, porém, fixou no Tema 150 que esse prazo não se aplica aos maus antecedentes, que podem ser valorados na pena. Diego também não é reincidente: o STJ entende que a condenação pelo art. 28, que não prevê pena de prisão, não gera reincidência, já que nem a contravenção anterior, punida com prisão simples, a gera para um crime posterior.

Fundamento: Arts. 63 e 64, I, do Código Penal; STF, Tema 150 da repercussão geral (RE 593.818); entendimento consolidado das Turmas criminais do STJ de que a condenação anterior pelo art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não gera reincidência.

A O período depurador do art. 64, I, do CP é de cinco anos, e não de dez.

B Estende aos maus antecedentes o prazo quinquenal da reincidência, o que o STF rejeitou no Tema 150.

C Acerta quanto a Carlos, mas erra quanto a Diego: pela proporcionalidade, o STJ não admite reincidência fundada em condenação pelo art. 28.

D Ignora o período depurador do art. 64, I, do CP e a orientação do STJ sobre a condenação pelo art. 28.

Pulo do gato: Passados cinco anos, some a reincidência, mas ficam os maus antecedentes; e condenação pelo art. 28 não gera reincidência.

Questão 11 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em investigação sobre organização criminosa estruturada para fraudar licitações em diversos municípios, sem emprego de violência ou grave ameaça, o delegado de polícia representou pela prisão preventiva de Aurélio, apontado como um dos líderes do grupo. A representação demonstra, com base em interceptações telefônicas autorizadas e em relatórios de inteligência financeira, que Aurélio continua a coordenar o pagamento de vantagens indevidas a servidores e a orientar a ocultação dos valores obtidos.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. A necessidade de interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa constitui fundamento idôneo para a preventiva, a título de garantia da ordem pública.
II. Ainda que não haja representação da autoridade policial nem requerimento do Ministério Público, o juiz pode decretar de ofício a preventiva na fase de investigação, quando presentes os requisitos legais.

III. Decretada a preventiva, se o juiz não revisar a necessidade da medida no prazo de 90 dias, a prisão se torna ilegal e deve ser revogada automaticamente.
IV. A gravidade abstrata do crime de organização criminosa, por si só, basta para fundamentar a decretação da preventiva.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que A está correta. Só a afirmativa I está correta. STF e STJ reconhecem que a necessidade de interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa é fundamento concreto de garantia da ordem pública, sobretudo quando, como no caso, há prova de que o investigado segue no comando das atividades.

Fundamento: Lei nº 12.850/2013, art. 2º; CPP, arts. 311, 312 e 316, parágrafo único; STF, ADIs 6.581 e 6.582 (a falta de revisão em 90 dias não gera revogação automática); jurisprudência consolidada do STF e do STJ sobre a garantia da ordem pública para interromper a atuação de organização criminosa e sobre a vedação da gravidade abstrata como fundamento.

B Desde o Pacote Anticrime, o art. 311 do CPP não permite que o juiz decrete preventiva de ofício, em nenhuma fase.

C No julgamento das ADIs 6.581 e 6.582, o STF fixou que a falta de revisão no prazo do art. 316, parágrafo único, não gera revogação automática; o juízo deve ser instado a reavaliar a prisão.

D Junta duas afirmativas falsas: a decretação de ofício e a preventiva fundada só na gravidade abstrata do crime.

E A gravidade abstrata do delito não fundamenta a preventiva; exige-se perigo concreto, demonstrado por fatos do caso.

Pulo do gato: Preventiva em organização criminosa: cabe para desarticular o grupo com base em fatos concretos, nunca de ofício e nunca pela gravidade abstrata; e os 90 dias sem revisão não soltam ninguém automaticamente.

Questão 12 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

Joana compareceu à delegacia e relatou ter sido agredida pelo companheiro, Márcio, com socos no rosto e nos braços, dois dias antes. Levou consigo o prontuário do atendimento recebido em um posto de saúde na noite dos fatos. Encaminhada ao instituto médico-legal, a perícia encontrou apenas vestígios tênues, já em regressão. O delegado de polícia discutiu com a equipe como comprovar a materialidade das lesões.

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e o Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Feito o registro da ocorrência, cabe à autoridade policial determinar, de imediato, o exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
II. O prontuário médico fornecido pelo posto de saúde é admitido como meio de prova.
III. Por envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, o exame de corpo de delito deve ter prioridade de realização.
IV. Se os vestígios tivessem desaparecido por completo, a materialidade só poderia ser demonstrada por exame indireto feito por perito oficial, sendo inadmissível que a prova testemunhal suprisse a falta do exame.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que D está correta. Estão corretas I, II e III. O art. 12, IV, da Lei Maria da Penha manda a autoridade policial determinar o exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames necessários; o § 3º do mesmo artigo admite como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde; e o art. 158, parágrafo único, I, do CPP dá prioridade ao exame de corpo de delito nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

Fundamento: Lei nº 11.340/2006, art. 12, IV e § 3º; CPP, art. 158, parágrafo único, I (incluído pela Lei nº 13.721/2018), e art. 167.

A Omite a afirmativa III, que reproduz a prioridade prevista no art. 158, parágrafo único, I, do CPP.

B Omite a afirmativa II, que reproduz o art. 12, § 3º, da Lei Maria da Penha, regra pensada justamente para casos em que o exame é tardio.

C Descarta deveres expressos da autoridade policial e da perícia e aceita a afirmativa IV, que inverte o art. 167 do CPP.

E A afirmativa IV está errada: desaparecidos os vestígios, a prova testemunhal pode suprir a falta do exame de corpo de delito (art. 167 do CPP).

Pulo do gato: Na violência doméstica, o exame é prioritário, mas não é o único caminho: prontuário médico e prova testemunhal também provam a lesão.

Direito Constitucional

Questão 13 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Poder Legislativo

A Assembleia Legislativa de determinado estado instalou comissão parlamentar de inquérito, criada a requerimento de um terço de seus membros, para apurar, por prazo certo, desvios em contratos de manutenção de viaturas policiais. No curso dos trabalhos, a comissão, por decisão fundamentada da maioria de seus integrantes, determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Henrique, empresário investigado. Na mesma sessão, aprovou requerimento dirigido à operadora de telefonia para que interceptasse, por quinze dias, as comunicações telefônicas de Henrique.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a quebra dos sigilos bancário e fiscal é válida, mas a interceptação telefônica é inválida, por estar sujeita à reserva de jurisdição.

(B) ambas as medidas são válidas, porque a comissão detém poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, sem nenhuma restrição.

(C) ambas as medidas são inválidas, porque a comissão estadual não pode quebrar sigilos, poder reservado às comissões do Congresso Nacional.

(D) a quebra dos sigilos é válida, e a interceptação telefônica também o seria se aprovada pela unanimidade dos membros da comissão.

(E) a quebra dos sigilos bancário e fiscal depende de prévia autorização judicial, mas a interceptação pode ser determinada pela comissão.

Por que A está correta. As CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (art. 58, § 3º), e o STF admite que, por decisão fundamentada, determinem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados, inclusive no âmbito estadual. Esses poderes, porém, não alcançam as medidas sob reserva de jurisdição, como a interceptação telefônica, que o art. 5º, XII, condiciona a ordem judicial.

Fundamento: CF, art. 58, § 3º, e art. 5º, XII; STF, MS 23.452 (limites dos poderes das CPIs e reserva de jurisdição); STF, ACO 730 (CPI estadual pode determinar a quebra de sigilo bancário).

B Os poderes da CPI encontram limite na reserva de jurisdição: interceptação telefônica, busca domiciliar e prisão, salvo em flagrante, exigem ordem judicial.

C Pelo princípio da simetria, as CPIs estaduais têm os mesmos poderes das federais, inclusive para quebrar sigilos bancário e fiscal (ACO 730).

D O quórum de aprovação não supera a reserva de jurisdição; nem por unanimidade a comissão pode interceptar comunicações telefônicas.

E Inverte a regra: a quebra de sigilos pode ser feita pela própria CPI, e a interceptação é que depende de ordem judicial.

Pulo do gato: CPI quebra sigilo bancário, fiscal e de dados, mas não intercepta telefone, não faz busca domiciliar e não prende, salvo em flagrante.

Questão 14 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Ordem Econômica e Financeira

O Município Alfa editou lei que proíbe a instalação de nova farmácia a menos de 500 metros de outra já existente e, na mesma lei, fixou o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais locais. Na mesma época, o Governador do Estado Beta, por decreto, criou empresa pública para explorar diretamente a comercialização varejista de combustíveis, sem que lei alguma defina o imperativo de segurança nacional ou o relevante interesse coletivo envolvido, sob a justificativa de que a medida seria conveniente para a arrecadação estadual.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. A proibição de instalar estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área ofende o princípio da livre concorrência.
II. O Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
III. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida sempre que conveniente à Administração, independentemente de lei que defina o relevante interesse coletivo ou o imperativo de segurança nacional.
IV. Por ser pessoa jurídica de direito privado, a empresa pública estadual pode ser criada diretamente por decreto do Governador, dispensada lei específica.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que B está correta. Estão corretas I e II. A Súmula Vinculante 49 afirma que ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área. A Súmula Vinculante 38 reconhece a competência do Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Fundamento: CF, arts. 37, XIX, 170, IV, e 173, caput; Súmulas Vinculantes 38 e 49 do STF.

A Omite a afirmativa II, que reproduz a Súmula Vinculante 38.

C A afirmativa III contraria o art. 173, caput: a exploração direta só é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

D A afirmativa IV contraria o art. 37, XIX: a instituição de empresa pública depende de autorização por lei específica, e não pode decorrer apenas de decreto.

E Aceita as afirmativas III e IV, que contrariam os arts. 173, caput, e 37, XIX, da Constituição.

Pulo do gato: Município fixa horário (SV 38), mas não cria reserva de mercado por distância (SV 49); e o Estado só vira empresário com lei: lei específica para autorizar a empresa pública e segurança nacional ou relevante interesse coletivo definidos em lei.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2025 · Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA · Procurador Municipal · Organização da Administração Pública

Os Municípios Alfa , Beta e Delta , localizados em Estados distintos, pretendem constituir um consórcio público, com atuação na área da saúde. Demais disso, há o interesse, por parte dos respectivos Prefeitos, de que a União integre a referida entidade. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.107/2005, analise as afirmativas a seguir. I. Os consórcios públicos constituem pessoas jurídicas de direito privado, com natureza jurídica de empresa pública, integrando a Administração Pública Direta de todos os entes da federação consorciados. II. A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados. III. Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS). Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

Por que D está correta. Estão corretas II e III. Pela Lei nº 11.107/2005, a União só participa de consórcio público do qual também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados (art. 1º, § 2º), e o consórcio na área da saúde deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas do SUS (art. 1º, § 3º). A afirmativa I erra: o consórcio constitui associação pública, de direito público e integrante da administração indireta de todos os entes consorciados, ou pessoa jurídica de direito privado; não é empresa pública nem órgão da administração direta.

A A afirmativa I está errada: o consórcio público não tem natureza de empresa pública nem integra a administração direta dos entes.

B Omite a afirmativa III, que reproduz a sujeição dos consórcios de saúde às normas do SUS (art. 1º, § 3º).

C Omite a afirmativa II, que reproduz a regra de participação da União (art. 1º, § 2º).

E Inclui a afirmativa I, que atribui ao consórcio natureza jurídica que a lei não prevê.

Pulo do gato: Consórcio público: associação pública (direito público, administração indireta de todos os consorciados) ou pessoa de direito privado; União só entra com os Estados dos Municípios consorciados.

Questão 16 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2024 · Prefeitura de São José dos Campos - SP · Procurador · Atos administrativos

Com vistas a solucionar uma antiga situação contenciosa na aplicação do direito público, no que diz respeito à expedição de uma licença, o Secretário de Fazenda do Município Beta sugeriu a realização de uma consulta pública para fins de formalizar um instrumento consensual que pudesse alcançar uma solução para a controvérsia, com o escopo de melhor atender às finalidades públicas, diante da presença de razões de interesse geral. Nesse caso, à luz das normas sobre aplicação e interpretação do direito público constantes do Decreto-Lei nº 4.657/42 (LINDB), é correto afirmar que

(A) considerando que a licença é ato administrativo vinculado, não há possibilidade de celebração de compromisso com o interessado, sob pena de violação do princípio da legalidade.

(B) em razão da controvérsia ter se tornado contenciosa, não há mais possibilidade de celebração de compromisso com os interessados, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público.

(C) é cabível a formalização de compromisso com os interessados, que, mediante oitiva do órgão jurídico, pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral, em razão do princípio da efetividade.

(D) eventual compromisso com os interessados deve prever com clareza as obrigações das partes, não sendo necessário estabelecer o prazo para cumprimento ou determinar as sanções aplicáveis que decorrem da lei, tendo em conta o princípio da proteção da confiança.

(E) após oitiva do órgão jurídico e da realização de consulta pública, é possível a celebração de compromisso com os interessados para eliminar a situação contenciosa, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial, à luz do princípio da eficiência.

Por que E está correta. O art. 26 da LINDB autoriza a autoridade administrativa, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive na expedição de licença, a celebrar compromisso com os interessados, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, consulta pública, presentes razões de relevante interesse geral e observada a legislação aplicável. O compromisso só produz efeitos a partir de sua publicação oficial.

A O próprio art. 26 da LINDB menciona expressamente o caso de expedição de licença entre as hipóteses de compromisso.

B A existência de situação contenciosa é justamente um dos pressupostos do compromisso previsto no art. 26.

C O compromisso não pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral (art. 26, § 1º, III).

D O compromisso deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento (art. 26, § 1º, IV).

Pulo do gato: Compromisso da LINDB: órgão jurídico ouvido, consulta pública quando for o caso, relevante interesse geral, efeitos só após a publicação e nunca desoneração permanente.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Regime jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná

Em curso de formação para gestores do Poder Executivo do Estado do Paraná, foram apresentadas quatro situações hipotéticas, todas regidas pela Lei Estadual nº 6.174/1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná). Analise as conclusões apresentadas para cada uma delas.

I. Tatiana foi nomeada para cargo efetivo e não tomou posse nem no prazo inicial nem na prorrogação concedida a seu pedido; nesse caso, a nomeação será tornada sem efeito, por decreto.
II. Rodrigo tomou posse, mas não entrou em exercício no prazo de trinta dias; nesse caso, será exonerado de ofício, ato sem caráter punitivo.
III. Silvana foi reintegrada por decisão judicial, e Marcelo, que ocupava o seu lugar, foi reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, com direito a indenização pela perda da posição.
IV. Surgida vaga nos quadros de pessoal do Estado, o aproveitamento de funcionário em disponibilidade terá precedência sobre as demais formas de provimento.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, III e IV, apenas.

Por que B está correta. Estão corretas I e IV. Pelo art. 41 do Estatuto, a posse ocorre em 30 dias da publicação do ato de provimento, prorrogáveis a requerimento; se não ocorrer no prazo inicial e na prorrogação, a nomeação é tornada sem efeito, por decreto (§ 3º). Pelo art. 112, havendo vaga nos quadros de pessoal do Estado, o aproveitamento tem precedência sobre as demais formas de provimento.

Fundamento: Lei Estadual nº 6.174/1970 (PR), art. 41, caput e §§ 1º e 3º, art. 48, art. 108 e art. 112, caput. Texto conferido no portal oficial de legislação do Paraná: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10297&indice=1&totalRegistros=1

A Omite a afirmativa IV, que reproduz a precedência do aproveitamento prevista no art. 112.

C Reúne as duas conclusões erradas: o Estatuto paranaense fala em demissão, e não em exoneração, de quem não entra em exercício em 30 dias (art. 48), e o ocupante do lugar do reintegrado não recebe indenização (art. 108).

D A afirmativa II usa a solução da lei federal (exoneração de ofício), mas o art. 48 do Estatuto do Paraná determina a demissão do funcionário que não entra em exercício no prazo de 30 dias.

E Pelo art. 108, reintegrado judicialmente o funcionário, quem ocupava o seu lugar será exonerado ou reconduzido ao cargo anterior, sem direito, em ambos os casos, a qualquer indenização.

Pulo do gato: No Estatuto do Paraná: sem posse, nomeação sem efeito; sem exercício em 30 dias, demissão (art. 48); ocupante do lugar do reintegrado sai sem indenização; e o aproveitamento passa na frente das outras formas de provimento.

Questão 18 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2025 · MPE-RJ · MPE-RJ – 2025 - Promotor de Justiça Substituto - Concurso XXXVIII · Legislação aplicada à atividade institucional e policial

Matheus e Caio, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro, RJ, tomaram conhecimento de que o Poder Público estaria procedendo ao tratamento dos seus dados pessoais, sem o consentimento dos respectivos titulares. Em contato com as autoridades públicas competentes, inclusive com integrantes do Parquet , Matheus descobriu que o tratamento dos seus dados pessoais foi realizado para fins exclusivos de defesa nacional. Por sua vez, o tratamento dos dados pessoais de Caio foi efetivado para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais. Sobre o caso narrado, considerando a aplicação da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), assinale a afirmativa correta.

(A) A lei é aplicável ao tratamento dos dados pessoais de Matheus e Caio.

(B) A lei não se aplica ao tratamento dos dados pessoais de Matheus e Caio.

(C) A lei é aplicável ao tratamento dos dados pessoais de Matheus, mas não ao tratamento dos dados pessoais de Caio.

(D) A lei é aplicável ao tratamento dos dados pessoais de Caio, mas não ao tratamento dos dados pessoais de Matheus.

(E) A lei não se aplica ao tratamento dos dados pessoais de Matheus e Caio, salvo se eles demonstrarem a sensibilidade das informações trabalhadas pelo Poder Público.

Por que B está correta. Pelo art. 4º, III, da LGPD, a lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais. Os tratamentos dos dados de Matheus (defesa nacional) e de Caio (investigação e repressão de infrações penais) estão fora do alcance da lei, e devem ser regidos por legislação específica, que observará o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular (art. 4º, § 1º).

A Ignora as exceções do art. 4º, III, da LGPD, que alcançam as duas finalidades narradas.

C A defesa nacional também está entre as finalidades excluídas do alcance da lei.

D A investigação e a repressão de infrações penais também estão entre as finalidades excluídas.

E A lei não condiciona a exclusão à demonstração de sensibilidade dos dados; a exceção decorre só da finalidade exclusiva do tratamento.

Pulo do gato: LGPD não se aplica a dados tratados para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e persecução penal; esses ficam para lei específica.

Direitos Humanos

Questão 19 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Direitos Humanos no Ordenamento Nacional

Augusto, adulto, em crise psicótica grave e recusando qualquer tratamento, foi levado pelo irmão a um hospital psiquiátrico. A pedido do irmão, a internação foi autorizada por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do estado onde se localiza o estabelecimento, com base em laudo médico circunstanciado que caracterizou seus motivos. Dez dias depois, o responsável técnico do hospital comunicou a internação ao Ministério Público estadual. Na semana seguinte, o irmão de Augusto apresentou ao hospital pedido escrito de encerramento da internação.

Considerando a Lei nº 10.216/2001, é correto afirmar que

(A) a internação é compulsória, porque ocorreu sem o consentimento do paciente, e por isso dependia de prévia determinação judicial.

(B) a internação é involuntária, e a comunicação ao Ministério Público foi tempestiva, porque o prazo legal é de quinze dias contados da internação.

(C) a internação é involuntária, mas somente o juiz pode determinar o seu término, ainda que haja pedido escrito do familiar.

(D) a internação é voluntária, porque foi solicitada por familiar, e o seu término depende de solicitação escrita do próprio paciente.

(E) a internação é involuntária, a comunicação ao Ministério Público deveria ter ocorrido em setenta e duas horas, e o pedido escrito do familiar põe fim a ela.

Por que E está correta. A internação sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro é involuntária (art. 6º, parágrafo único, II). Ela deve ser comunicada ao Ministério Público estadual pelo responsável técnico do estabelecimento em 72 horas, e o mesmo vale para a alta (art. 8º, § 1º); a comunicação feita após dez dias foi intempestiva. O término da internação involuntária ocorre por solicitação escrita do familiar ou do responsável legal, ou quando o especialista responsável pelo tratamento o estabelecer (art. 8º, § 2º).

Fundamento: Lei nº 10.216/2001, art. 6º, parágrafo único, I a III; art. 7º; art. 8º, caput, § 1º e § 2º; art. 9º.

A Compulsória é a internação determinada pela Justiça (art. 6º, parágrafo único, III, e art. 9º); a feita sem consentimento, a pedido de terceiro, é involuntária.

B O prazo para comunicar a internação involuntária ao Ministério Público é de 72 horas, e não de quinze dias.

C A lei não reserva ao juiz o término da internação involuntária; basta a solicitação escrita do familiar ou do responsável legal, ou a decisão do especialista.

D Voluntária é a internação consentida pelo próprio usuário (art. 7º); o pedido de familiar, com recusa do paciente, caracteriza a involuntária.

Pulo do gato: Lei 10.216: voluntária (o paciente consente), involuntária (pedido de terceiro, comunicada ao MP em 72 h, termina por pedido escrito do familiar) e compulsória (ordem judicial).

Ciências Forenses

Questão 20 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Sexologia Forense

No exame de conjunção carnal de vítima adulta de estupro, o perito descreveu hímen íntegro, de óstio amplo e borda elástica, que permitia a passagem de dois dedos sem rotura. Não foram encontrados espermatozoides no material colhido do fundo de saco vaginal, mas a pesquisa do antígeno prostático específico (PSA) no mesmo material resultou positiva. A investigação apurou que o suspeito fora submetido a vasectomia anos antes.

Considerando os conhecimentos de sexologia forense, é correto afirmar que

(A) a integridade do hímen exclui a conjunção carnal, de modo que a positividade do PSA deve ser atribuída a contaminação do material.

(B) o hímen complacente não afasta a conjunção carnal, mas, sem espermatozoides, a positividade do PSA não indica a presença de sêmen.

(C) o achado corresponde a entalhes himenais congênitos, que, por atingirem a borda de inserção, comprovam conjunção carnal antiga.

(D) o hímen complacente não afasta a conjunção carnal, e a positividade do PSA indica sêmen, compatível com agressor vasectomizado.

(E) o PSA é marcador de secreção vaginal, e a sua positividade apenas confirma a coleta adequada, sem relação com a presença de sêmen.

Por que D está correta. O hímen complacente, de óstio amplo e borda elástica, permite a conjunção carnal sem se romper; por isso, sua integridade não exclui o ato. O PSA é produzido pela próstata e está presente no líquido seminal mesmo sem espermatozoides, como ocorre no vasectomizado ou no azoospérmico. Sua detecção na cavidade vaginal é, assim, sinal de presença de sêmen e reforça o diagnóstico de conjunção carnal.

Fundamento: Medicina legal, sexologia forense (himenologia e diagnóstico de conjunção carnal): hímen complacente; PSA (antígeno p30) como marcador de líquido seminal, inclusive em agressores azoospérmicos ou vasectomizados.

A Inverte a lógica do hímen complacente: a ausência de rotura não exclui a conjunção carnal, e nada indica contaminação do material.

B O PSA não depende da presença de espermatozoides; ele vem da secreção prostática e permanece no sêmen do vasectomizado.

C Os entalhes são reentrâncias congênitas, simétricas e de bordas regulares, que não atingem a borda de inserção e não comprovam conjunção carnal; além disso, o laudo não descreve entalhe.

E O PSA é de origem prostática, e não vaginal; sua positividade no material vaginal aponta para a presença de líquido seminal.

Pulo do gato: Hímen íntegro não exclui conjunção carnal (complacente), e sêmen sem espermatozoides ainda tem PSA.